

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no AgInt no RE no AgInt nos EDcl no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.027.624 - SP (2016/0320485-5)

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
EMBARGANTE : JORGE FERREIRA
ADVOGADOS : ERALDO AURÉLIO RODRIGUES FRANZESE - SP042501
CLEITON LEAL DIAS JUNIOR - SP124077
KÁTIA HELENA FERNANDES SIMÕES AMARO - SP204950
EMBARGADO : PORTUS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADOS : SÉRGIO CASSANO JUNIOR - RJ088533
MARCO RICA MARCOS JUNIOR - RJ100464
ISABELLA DE OLIVEIRA CARVALHO - RJ104051
GUILHERME GONFIANTINI JUNQUEIRA - SP182913

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DESPACHO QUE DETERMINOU A RETIFICAÇÃO DA AUTUAÇÃO DE PETIÇÃO. AUSÊNCIA DE CONTEÚDO DECISÓRIO. NÃO CABIMENTO. ACLARATÓRIOS NÃO CONHECIDOS.

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração, opostos por JORGE FERREIRA, contra o despacho de fl. 950, no qual se determinou a retificação da autuação da petição de fls. 929/936 como "agravo interno".

Sustenta o embargante, às fls. 970/971, que "o recurso interposto foi corretamente cadastrado pelo recorrente como agravo em recurso extraordinário".

Embora intimada, a embargada não ofereceram resposta aos aclaratórios (certidão de fl. 986).

É o relatório.

Decido.

Nada há a prover, haja vista que o recurso é manifestamente incabível.

Com efeito, nos termos do art. 1.001 do NCPC, não é cabível recurso contra despacho, mormente quando desprovido de conteúdo decisório, como é o caso dos autos.

Nesse sentido, os seguintes precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. AGRADO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AGRADO INTERNO MANEJADO CONTRA DESPACHO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL OU REGIMENTAL. NÃO CABIMENTO. AGRADO INTERNO NÃO CONHECIDO.

1. Aplica-se o NCPC a este julgamento ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo

Superior Tribunal de Justiça

CPC.

2. Nos termos do art. 1.001 do NCPC, não é cabível recurso contra despacho, mormente quando desprovido de conteúdo decisório, como é o caso dos autos.

3. Agravo interno não conhecido. (AgInt nos EDcl no AREsp 1281171/DF, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 29/04/2019, DJe 02/05/2019)

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO CONTRA DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE. NÃO CABIMENTO. ART. 1.001 DO CPC/2015.

1. Nos termos do art. 1.001 do CPC/2015, é manifesto o não cabimento de agravo interno contra despacho de mero expediente, caso dos autos.

2. A interposição sucessiva de recursos configura abuso do direito de recorrer, autorizando a baixa imediata dos autos. Precedentes.

3. Agravo interno não conhecido, com a determinação da baixa dos autos à origem. (AgInt na PET no AgInt nos EDcl no AgInt no AREsp 1203602/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 07/05/2019, DJe 13/05/2019)

Ademais, a insurgência contida na petição cuja autuação se determinou retificar já se encontra examinada pela Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, no acórdão de fls. 957/964.

Ante o exposto, **não conheço dos embargos de declaração.**

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Vice-Presidente